



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO**

**LOCAL:** 8º andar da SES

**DATA:** 16 de agosto de 2018

**HORÁRIO:** 09h

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor (CIB), Jean Carlo Pederneiras Dieckmann (GETIN), Ledronete Silvestre (DEPS), Nardele Juncks (GPLAN), Arlete Adriano (GPLAN), Fernando Oto dos Santos (SUH), Karin Cristine Geller Leopoldo (SUH), Fábio Antônio de Souza (GECO), Mariana Itamaro Gonçalves (GECO), Katiúscia G. Pereira (GECO), Maria Bráulia de Souza Porto (GEPESA), Helma Finta Uba (GEPRO), Carmem Regina Delziovo (GEABS), Claudia Gonsalves (SUR/DIPA), Hanna K. dos S. Jacques Barcelos (GEARS), Winston Zomkowski (SUVIS), Isabel S. Medeiros (20ª Gersa), Margarete Maria Paseto Biléssimo (20ª Gersa), Cristiane H. Wille (23ª Gersa), Rosilene C. P. Ventura (18ª Regional).

**COSEMS:** Diogo Demarchi Silva (COSEMS), Roseclair R. R. Barros (COSEMS), Renato C. Amaral (COSEMS), Edenice Reis da Silvara (Florianópolis), Rodrigo Duarte (Itajaí), Márcia Adriana Cansian (Botuverá), Uira Rautenberg Silva (Blumenau), Giane C. Carniato (Cocal do Sul), Fabiana Conrado (Jaraguá do Sul), Rodrigo Andrioli (Joinville), Sabrina da Silva de Souza (São José), Odila Maria Waldrich (Lages), Jeane de Oliveira (Chapecó), Lilian Venâncio Nolla da Silva (Araranguá), Jean Carlos Paulo Kunz (Santa Rosa do Sul), Liliane Keler Miguel (NEMS), Silmara Tobaldini Pereira da Costa (Concórdia), Simone A. de Souza (Joinville), Claiton Camargo de Souza (Lages), Cleci Fátima da Silva (Blumenau), Joice Corrêa Gomes (Joinville), Elisabeth R. E. Bachmann (Jaraguá do Sul), Mônica Daniele Pasold Riboloi (Jaraguá do Sul), Maria José Gandolpho (Joinville).

**ESTAGIÁRIOS:**

Luiza Chagas Pires (Estagiaria UFSC)

Ricardo Teixeira Quinaud (Residente UFSC)

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: KARIN GELLER**

**PAUTA**

1. Oncopediatria: alteração do Plano da oncologia: inclusão do Hospital São José de Criciúma (Marcus);
2. Indicadores da pactuação interfederativa (Nardele);
3. Instrumento de programação pactuada integrada em SC - MAXPPI/Sistema desenvolvido SES" (Getin/Jean Carlo);
4. Instrumentos Financeiros entre os municípios: Lei 141/2012 (Cosems);



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

5. Oftalmologia: Recursos das Portarias e confecção do Plano Estadual (GEPSA);
6. Pactuações Interestaduais (Fabinho);
7. Remanejamento de Teto da PPI Hospitalar (Fabinho);
8. Alteração do Termo de Compromisso da Alta Complexidade da Ortopedia Infantil;
9. Em resposta à reunião anterior, a proposta de atualização das cotas ambulatoriais dos Termos de Compromisso da Alta Complexidade em Neurocirurgia e Ortopedia e informe sobre Cirurgias Eletivas (Fabinho);
10. Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica.

**Próximas:**

11. Equipamentos cedidos/convênios pela SES para Hospitais e municípios (geconv/Cláudia).
- 12.1. Diretrizes Estaduais da Saúde Auditiva (Jaqueline Reginatto) solicitação para set.

**1. ONCOPEDIATRIA: ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DO HOSPITAL SÃO JOSÉ DE CRICIÚMA**

Marcus Aurélio Gukert, Gerente de Planejamento da SES, apresenta a solicitação do Hospital São José de Criciúma, do Município de Criciúma e das 03 CIRs da Macrorregião SUL. A referência está atualmente em Florianópolis, no Hospital Infantil Joana de Gusmão – HIJG. Embora o serviço passe a funcionar em Criciúma, alguns procedimentos continuam com referência no HIJG.

**Encaminhamentos:** Levar a proposta para aprovação na CIB.

**2. INDICADORES DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA**

Nardele Maria Juncks, Gerente GPLAN da SES, apresenta a planilha com os indicadores para SC/2018. Nardele já havia apresentado em reunião anterior, mas sem a relação de ações recomendadas para cada indicador. Diogo Deamarch, Assessor Técnico do Cosems, sugere que a SES encaminhe os indicadores do Estado para o Ministério da Saúde e os municípios continuem as discussões para a pactuação para 2018 e 2019 e encaminham ao MS, posteriormente. Márcia Cansian de Botuverá lembra que na última reunião ficou acordado que os municípios suas metas de alcance dos seus indicadores tendo como base as metas da ses primeiramente.

**Encaminhamentos:** A SES encaminhará os seus indicadores à CIB para aprovação e os municípios encaminharão no próximo mês.

**3. MAX - PPI**

Karin Geller, Superintendente de Regulação, esclarece que os encaminhamentos dos dados da prática deverão ser resgatados do que foi desenvolvido pela Micromed. Que é necessário avançar e colocar em prática um sistema para a PPI. Jean Carlo, Gerente da Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN se apresenta e refere que se empenhará para desenvolver o sistema solicitado para a PPI. Cita que trabalhou no Controle e Avaliação e conhece a PPI. Que é o assunto



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

30 familiar. Diogo informa que há um modelo em Minas Gerais que pode servir como  
31 base.

32 **Encaminhamentos:** pautar na próxima reunião o assunto.

33

34 **4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS ENTRE OS MUNICÍPIOS: LEI 141/2012**

35 Diogo Demarchi cita a Normativa 1.606/2001 em que os procedimentos MAC  
36 devem ser complementados com recursos próprios. Há histórico em SC de 2005  
37 que havia Lei autorizativa entre municípios. As secretarias municipais de saúde que  
38 pretendem fazer isso possuem uma insegurança jurídica grande. Diogo trouxe a  
39 proposta para orientar os municípios. A proposta é uma Nota Conjunta SES e  
40 Cosems, ratificando o repasse entre os municípios. Diogo Demarchi. Edenice  
41 informa que Florianópolis já vem fazendo este estudo e que está adiantado nesse  
42 sentido e poderia contribuir com os demais. Márcia reforça que temos que ter  
43 cuidado nas tratativas destes trabalhos, observando custos médios de  
44 procedimentos, realidades e outros para que não se tenha valores discrepantes  
45 entre regiões. Márcia acredita que se devesse fazer um grupo de estudo para esta  
46 análise. Edenice reforça que não dá para ficarmos estudando e vendo de que forma  
47 fazer, pois a situação é emergencial. Diogo Demarchi fez uma apresentação e  
48 informa que o Cosems está articulando com o Conasems, TCE e outros órgãos  
49 acerca de legalidade e da forma de como fazer. O Cosems informou no Encontro do  
50 Cosems em 03 de maio/2018 em Chapecó, que elaboraria material sobre o assunto.

51

52 **5. OFTALMOLOGIA: RECURSO DAS PORTARIAS E CONSTRUÇÃO DO PLANO**  
53 **ESTADUAL**

54 Marcus Aurélio Gukert, Gerente de Planejamento da SES, apresenta a proposta do  
55 Plano da Oftalmologia, hoje, restrito ao diagnóstico. Cita que na Portaria MS  
56 1631/2015 traz consultas e exames com base na população. Diogo Demarchi  
57 esclarece que o Cosems solicitou ao Gerente de Planejamento que trouxesse o  
58 diagnóstico para apresentar aos membros da Câmara Técnica. Diogo questiona se  
59 os hospitais da SES continuarão como referência em oftalmologia. Marcus informa  
60 que sim, sendo o Hospital Regional de São José como centro e o Hospital Celso  
61 Ramos como Serviço. Karin Geller lembra que a SES possui 120 hospitais  
62 contratualizados e que muitos estão dispostos a montar o serviço, sobretudo para  
63 cataratas e consultas. E organizar o que ficará regionalizado. As discussões  
64 devem continuar mais umas duas reuniões na Câmara Técnica para concluir o  
65 Plano, após discussões nas regiões. Edenice Silveira de Florianópolis lembra que  
66 em 2008 foi construído um Plano de Oftalmologia e que hoje, o diagnóstico. Márcia  
67 lembra também da renovação da receita do colírio para o glaucoma que é  
68 obrigatoriamente por especialista o que atrapalha muito para a continuidade do  
69 tratamento para o usuário. Na mudança que houve com esta nova Nota Técnica  
70 05/2018 da SES referente aos medicamentos. Diogo reforça a necessidade de se  
71 discutir o assunto. Karin Geller informa que esta Nota Técnica foi discutida na  
72 Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica de acordo com orientações do MS.  
73 Márcia lembra que mesmo discutindo em C.T., o poder decisório é da CIB e nada  
74 foi passado para discussão. Superintendente hospitalar da SES, Fernando Oto dos  
75 Santos cita que também acha um absurdo ter que ter o especialista para o  
76 fornecimento de um medicamento como este para o glaucoma e chama isso de  
77 reserva de mercado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

78

79 **Encaminhamentos:** As discussões continuam sobre o plano na próxima reunião da  
80 C.T. Levar à CIB, uma nota de repúdio à Nota Técnica sobre o fornecimento do  
81 colírio para o glaucoma.

82

83

**6. RECURSO MAC – OFTALMOLOGIA**

84 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, cita que os tetos  
85 voltariam ao zero e tudo seria reprogramado. Recurso R\$ 25.578.242,40. Per capita  
86 R\$ 3.66. R\$ 2.131.520,20/mês. Edenice Silveira sugere que as regiões sejam  
87 orientadas.

88 **Encaminhamentos:** Levar para aprovação na CIB a programação da oftalmologia.  
89 E retificar a Deliberação 200/2016, até a aprovação no Plano.

90

91

**7. PACTUAÇÃO INTERESTADUAL**

92 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, apresenta o pleito de  
93 Matos Costa, de mudança da referência da oncologia de Joaçaba para Porto União  
94 e da TRS, saindo de Videira para União da Vitória. Solicitação de Rio Negrinho  
95 para pactuação interestadual também (no Paraná) e outros municípios do Planalto  
96 Norte. Karin Geller cita que há discussões entre Paraná e Rio Grande do Sul sobre  
97 as pactuações. Também foi lembrada a situação dos acessos no hospital Angelina  
98 Caron em Curitiba, que todos tem acesso com facilidade e que a SES tem feito  
99 vistas grossas a isso. Karin lembra que o Paraná tem um olhar diferenciado do MS  
100 em relação aos custos. Diogo refere que é necessário discutir isso, porque lá se  
101 consegue com facilidade e em SC têm-se tantas dificuldades. Isso faz com que SC  
102 não tenha série histórica, mas por outro lado, é um usuário que precisa do  
103 atendimento, principalmente na cardiologia.

104 **Encaminhamentos:** Aguardar uma reunião da SES e Cosems com o Paraná.

105

106

**8. REVISÃO DAS COTAS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DOS TCGA EM ALTA  
107 COMPLEXIDADE EM CARDIOLOGIA.**

108 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, informa que na  
109 cardiologia foi dobrado o teto com a atualização dos termos. Informa ainda que as  
110 Deliberações 270/2008 e 425/2010 atualizaram a PPI ambulatorial, estabelecendo  
111 pacotes. De 2010 para frente, o pacote continua o mesmo. O parâmetro era por  
112 procedimento. Mas, cita que é necessário readequar o número de consultas na  
113 cirurgia cardíaca. Que o dobro não ficou adequado para consultas e número de  
114 cirurgias. Edenice Silveira lembra as Portarias da Contratualização que trazem  
115 incentivos e questiona se os serviços cumprem a média complexidade. Fábio de  
116 Souza esclarece que o pacote da média complexidade ambulatorial é que está  
117 excessivo, que deve ser reduzido. Karin Geller refere que o ajuste na média  
118 ambulatorial é para corrigir as distorções no pacote.

119 **Encaminhamentos:** Levar para a CIB a aprovação da metodologia.

120

121

**9. ALTERAÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE EM ORTOPEDIA INFANTIL**

122 Karin Geller coloca que esta pauta foi necessária tendo em vista que alguns  
123 serviços não executam alguns procedimentos. Na ortopedia infantil, são  
124 procedimentos eletivos. Independente da região, escoliose são realizados no Geser  
125 Amarante ou no HIJG. E os hospitais de Lages e Concórdia não realizam as



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

126 cirurgias mais complexas. Os dois hospitais, Jeser Amarante e HIJG solicitam que  
127 os tetos sejam redistribuídos proporcionalmente.

128

129 **10. CIRURGIAS ELETIVAS**

130 Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, menciona que o  
131 encontro de contas de julho de 2017 a julho de 2018 há valores inconsistentes  
132 como foi questionado por municípios. Cita que na próxima reunião da Câmara  
133 Técnica apresentará a correção dos valores.

134

135 **11. TERMOS DE ALTA COMPLEXIDADE DA NEURO E DA ORTOPEDIA**

136 Karin Geller cita que há uma proposta a ser apresentada e que posteriormente se  
137 vá adequando. Mas, cita que não é possível fechar para esta reunião da CIB. Diogo  
138 questiona a programação dos R\$10.000.000,00 - duas parcelas de 10 milhões de  
139 reais depositados no Fundo Estadual de Saúde. Karin refere que não possui  
140 autoridade para levar para a CIB a proposta fechada. E que pagamentos atrasados  
141 estão sendo efetivados com pagamentos administrativos. Diogo ressalta que a SES  
142 deveria programar esse recurso, nem que seja para os hospitais da SES. Márcia  
143 Cansian sugere que o Cosems faça um documento para o Secretário de Estado da  
144 Saúde cobrando uma proposta na CIB.

145 **Encaminhamentos:** Levar para a reunião da CIB de setembro a proposta de  
146 atualização dos Termos de AC em Ortopedia e Neuro.

147

148 **INFORMES**

149 – Diogo Demarchi informa que já foi publicada a Portaria MS de cirurgias eletivas e  
150 que recursos foram repassados para município em gestão plena..

151

152 – Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica

153 Diogo Demarchi lembra que a C.T. de Assistência Farmacêutica não atualizou a  
154 população do IBGE. Diogo encaminhará documento para a CIB para  
155 encaminhamento do financiamento da assistência farmacêutica.

156

157 – Planejamento Regionalizado e Integrado

158 Diogo Demarchi coloca a necessidade de instituição dos Comitês de Governança  
159 das Redes. Levar a proposta de criação para a CIB.

160

161 **PRÓXIMAS**

162 – Revisão das Cotas da PPI Ambulatorial

163 – Max – PPI

164 – Atualização dos Termos da Alta de Ortopedia e Neuro

165 – Plano da Oftalmologia

166 – Indicadores Interfederativos dos Municípios.

167

168

169

Lourdes de Costa Remor  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite